

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.563.195 - SP (2019/0234642-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : SALES COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : ALESSANDER SANTOS BARBOSA E OUTRO(S) - SE002912  
JAN GUSTAVE DE SOUZA HAVLIK - SE009319  
**AGRAVADO** : CIBRASEC-COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO  
**ADVOGADOS** : LUIZ GUILHERME PORTO DE TOLEDO SANTOS E OUTRO(S) - SP155531  
PATRÍCIA BRASIL CLAUDINO - SP198281

**DECISÃO**

Trata-se de agravo, interposto pela SALES COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, em face de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO - Execução de título extrajudicial - Decisão que indefere pedido formulado pela agravante, na qualidade de terceira interessada, de incidência do art. 1.422 do CC sobre o produto de eventual arrematação do imóvel penhorado, matrícula 66.939 do 2º CRI de Aracaju/SE, de que é credora hipotecária, consoante decidido pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Sergipe - Preliminar de intempestividade suscitada pela agravada, acolhida. Recurso não conhecido. ( fl. 129)*

Nas razões do recurso especial, a agravante aponta violação ao art. 219 do NCPC, sustentando, em síntese, a tempestividade do recurso de agravo de instrumento, haja vista que na data de 06/06/2018 o TJSP suspendeu os prazos processuais através do Comunicado nº 91/2018.

Aduz, ainda, a necessidade de concessão de efeito suspensivo ao apelo especial.

É o relatório.

Decido.

O recurso em apreço não merece provimento, na medida em que a ora

agravante não apresentou argumentação jurídica apta a ensejar a alteração da decisão agravada.

Com efeito, o prazo para a interposição do agravo de instrumento é de 15 (quinze) dias, contados em dias úteis, nos termos dos arts. 219, *caput*, 994, VII e VIII, 1.003, § 5º, 1.029, § 3º, e 1.042, *caput*, todos do Código de Processo Civil de 2015.

Na hipótese em apreço, é evidente a intempestividade do referido recurso, pois a decisão dos embargos declaratórios, opostos contra a decisão alvo do agravo de instrumento em questão, foi publicada em 4/6/2018, sendo que o agravo de instrumento foi protocolado somente em 26/6/2018, portanto, após o aludido prazo quinzenal.

Nesse contexto, o referido prazo recursal, conforme delineado no aresto recorrido, não foi observado pela agravante, a qual, inclusive, deixou de comprovar, no momento da interposição do recurso, a existência de eventual feriado local/suspensão de prazos, nos termos exigidos pelo art. 1.003, § 6º, do CPC de 2015.

Ocorre, contudo, que a **Corte Especial** do STJ, no julgamento do **AgInt no AREsp 957.821/MS**, realizado na sessão de 20 de novembro de 2017, ao interpretar os arts. 932, parágrafo único, e 1.003, § 6º, do CPC de 2015, e os princípios consagrados pelo novo *Codex*, firmou orientação de que o recorrente deve comprovar "*a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso*", de maneira que fica inviabilizada a apresentação de documento hábil em momento posterior para demonstrar sua tempestividade.

Eis a ementa do referido acórdão:

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FERIADO LOCAL. COMPROVAÇÃO. ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO.**

- 1. O propósito recursal é dizer, à luz do CPC/15, sobre a possibilidade de a parte comprovar, em agravo interno, a ocorrência de feriado local, que ensejou a prorrogação do prazo processual para a interposição do agravo em recurso especial.*
- 2. O art. 1.003, § 6º, do CPC/15, diferentemente do CPC/73, é expresso no sentido de que "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso".*
- 3. Conquanto se reconheça que o novo Código prioriza a decisão de mérito, autorizando, inclusive, o STF e o STJ a desconsiderarem vício formal, o § 3º do seu art. 1.029 impõe, para tanto, que se*

*trate de "recurso tempestivo". 4. A intempestividade é tida pelo Código atual como vício grave e, portanto, insanável. Daí porque não se aplica à espécie o disposto no parágrafo único do art. 932 do CPC/15, reservado às hipóteses de vícios sanáveis.*

*5. Seja em função de previsão expressa do atual Código de Processo Civil, seja em atenção à nova orientação do STF, a jurisprudência construída pelo STJ à luz do CPC/73 não subsiste ao CPC/15: ou se comprova o feriado local no ato da interposição do respectivo recurso, ou se considera intempestivo o recurso, operando-se, em consequência, a coisa julgada.*

*6. Agravo interno desprovido."*

(AgInt no AREsp 957.821/MS, **Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI**, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/11/2017, DJe de 19/12/2017)

É oportuno ressaltar que, nos termos da jurisprudência firmada no âmbito desta Corte, *"a partir da redação do art. 1.003, § 6º, do CPC/2015, conclui-se que eventual documento idôneo apto a comprovar a ocorrência de feriado local ou a suspensão do expediente forense deve ser colacionado aos autos no momento de sua interposição, para fins de aferição da tempestividade do recurso"* (AgInt nos EDcl no AREsp 1.162.827/SP, **Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/08/2018, DJe de 04/09/2018, grifou-se).

Por fim, insta ressaltar que, tão somente em casos extremamente excepcionais e teratológicos e, ainda assim, desde que presentes de forma simultânea os pressupostos do *fumus boni juris* - composto na possibilidade de êxito do recurso - e do *periculum in mora*, seria viável a concessão de efeito suspensivo ao recurso especial, tratada como tutela de urgência, consoante o art. 300 do CPC/2015.

Desse modo, em face da manifesta improcedência do recurso especial, indefiro o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso especial.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO  
Relator